



Notes on postgraduate research: the place of student policies in higher education

Apontamentos sobre pesquisa na pós-graduação: o lugar das políticas estudantis no ensino superior

Apuntes sobre la investigación de posgrado: el lugar de las políticas estudiantiles en la educación superior

Maria Janete de Lima¹ , Renato Izidoro da Silva² 

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

² Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Maria Janete de Lima

E-mail: mariajanete@academico.ufs.br

Como citar: Lima, M. J., & Silva, R. I. (2021). Notes on postgraduate research: the place of student policies in higher education. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12440.
<https://doi.org/10.20952/jrks2112440>

ABSTRACT

The article consists of a literature review by surveying publications of theses and dissertations filed in the database of the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of (MCTI). In the first part, we present a theoretical framework on university, educational policy and social emancipation. In the second part, we catalog and analyze the productions by reading the summary and keywords. In this section, we make a brief analysis of the surveys grouping them by emerging categories and subcategories, that is, which emerged during the analysis. For the construction of the text, we opted for a documentary research, in an exploratory perspective and with a qualitative approach of getting to know the field of production through theses and dissertations. Among the themes found, we identified: institutional evaluation, University, Educational policy, School management, Professional training, School as rights, Itinerant School. Finally, we believe that the research contributions are timely and reinforce that we have achieved our objective.

Keywords: Educational politics. Research. University.

RESUMO

O artigo consiste em uma revisão de literatura mediante levantamento de publicações de teses e de dissertações arquivadas no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do (MCTI). Na primeira parte apresentamos um referencial teórico sobre universidade, política educacional e emancipação social. Na segunda parte catalogamos e analisamos as produções por meio da leitura do resumo e das palavras-chave. Nesta seção fazemos uma breve análise das pesquisas agrupando-as por categorias e subcategorias emergentes, ou seja,

que surgiram durante a análise. Para a construção do texto optamos por uma pesquisa de cunho documental, numa perspectiva exploratória e com uma abordagem qualitativa de conhecer o campo de produção por meio de teses e dissertações. Entre os temas encontrados identificamos: avaliação institucional, Universidade, Política educacional, Gestão escolar, Formação profissional, Escola como direitos, Escola Itinerante. Por fim, consideramos que as contribuições das pesquisas são oportunas e reforçamos ter atingido nosso objetivo.

Palavras-chave: Pesquisa. Política educacional. Universidade.

RESUMEN

El artículo consiste en una revisión de la literatura mediante el relevamiento de publicaciones de tesis y disertaciones archivadas en la base de datos de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) del (MCTI). En la primera parte, presentamos un marco teórico sobre universidad, política educativa y emancipación social. En la segunda parte, catalogamos y analizamos las producciones leyendo el resumen y las palabras clave. En este apartado, hacemos un breve análisis de las encuestas agrupándolas por categorías y subcategorías emergentes, es decir, las que surgieron durante el análisis. Para la construcción del texto se optó por una investigación documental, con una perspectiva exploratoria y con un enfoque cualitativo de conocer el campo de la producción a través de tesis y disertaciones. Entre los temas encontrados, identificamos: evaluación institucional, Universidad, Política educativa, Gestión escolar, Formación profesional, Escuela como derechos, Escuela itinerante. Finalmente, creemos que los aportes de la investigación son oportunos y refuerzan que hemos logrado nuestro objetivo.

Palabras clave: Investigación. Política educativa. Universidad.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em uma revisão de literatura mediante levantamento de publicações de teses e de dissertações arquivadas no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Para o momento, a revisão se limitou a um nível de investigação relativo ao mapeamento de fontes e à exploração de informações básicas e qualitativas, bem como identificar alguns aspectos teórico-metodológicos gerais das mesmas.

Apontamentos sobre pesquisa na pós-graduação, sobre o lugar das políticas estudantis no ensino superior tem como objetivo identificar pesquisas com a temática emancipação social, universidade e política educacional. Este artigo faz parte de um projeto de tese mais amplo, que tem como objeto de investigação as políticas educacionais de inclusão junto a estudantes universitários do Centro de Formação de Professores/CFP/UFCG (Brasil, 2013).

Consideramos importante contextualizar as políticas educacionais em âmbito nacional e local como constituintes históricas de lutas e disputas no eixo da política pública, seja nas universidades dos grandes centros, sejam em instituições, institutos, faculdades e departamentos distribuídos pelo interior do país. Historicamente se faz necessário relembrar que as políticas estudantis são promotoras de melhoria do atendimento educacional, assim como de formação de recursos humanos através da universidade pública.

No que tange ao ensino superior, especificamente, o movimento de acesso e permanência na universidade intensificou-se em diversos países a partir da década de 1960, sobretudo quando suas instituições viram sua identidade sendo abalada pela diminuição de sua dimensão cultural e sua relativa expansão, popularização e reconfiguração de suas funções diante às novas exigências sociais e econômicas, criando pontos de tensão “tanto no relacionamento das universidades com o Estado e a sociedade como no interior das próprias universidades enquanto instituições” (Santos, 1999, p. 189).

No contexto brasileiro o texto da Constituição de 1988 que define a educação como um direito básico ao conhecimento e aos bens culturais. O Art. 5º e incisos da Constituição Federal traz a seguinte afirmação: “A instituição de ensino superior é convocada para cumprir o seu papel social e contribuir para eliminação de desigualdades históricas existentes no meio acadêmico e romper com a cultura de exclusão e a ideia da hegemonia do saber no contexto acadêmico” (Brasil, 1988, p. 22).

Destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB n.º 9.394/1996, em seu Art. 4º, afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado e gratuito na rede pública “aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

Outro documento importante é o Plano Nacional de Educação-PNE para 2014-2024, que estabelece 20 metas para melhorar o acesso à educação e à qualidade por toda a escolarização dos brasileiros. Entre os objetivos que se referem a inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais temos:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014).

De acordo com Vasconcelos (2010), a trajetória da assistência estudantil está conectada com a trajetória da assistência social, sendo as duas resultantes de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, a autora destaca que surgiram duas grandes frentes de discussão política sobre as questões relativas à assistência social: o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRECE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Essas organizações estabeleceram a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, visando garantir igualdade de oportunidades para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social. É nesse cenário que se contextualiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino superior. Assim, ganha relevância a política de assistência estudantil, compreendida por Barbosa (2009, p. 39) como:

O conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

De acordo com o FORNAPRACE Assistência Estudantil é:

um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (Fonaprace, 2012).

Uma compreensão de política diz respeito à gestão do que é público, isso é, daquilo que pertence a um coletivo de pessoas inclusive os recursos financeiros, materiais e as instituições

com espaço físico e memorial. Dentro do contexto de reflexão é importante destacar a Sociologia e a Sociologia Política como disciplina que irá tratar e relacionar política e sociedade, no sentido de entender as relações de poder que se configuram entre essas duas esferas.

Ao propor desenvolver e aprofundar o conceito e função da universidade como espaço de emancipação social, nos amparamos em Santos (2001 citado por Oliveira, 2005) que nos remete uma apropriação singular sobre o campo da educação, as reflexões do autor se constituem atuais ao explorar temas da contemporaneidade como democracia, emancipação social, exercício da cidadania e universidade.

Sobre o exercício da cidadania, Santos (2001 citado Oliveira, 2005, p. 16) a “define como um encargo, uma missão pública, uma prioridade do serviço à comunidade e à solidariedade, para além da cidadania passiva, reduzida a um conjunto de direitos pelos quais se luta”. O autor vê a participação cidadã pelo viés da igualdade e da diferença conceitos entendidos em sua construção por meio de relações sociais sem hierarquia de culturas. Para Oliveira (2005) a democracia pressupõe uma possibilidade de participação ativa dos cidadãos no conjunto dos processos decisórios, relacionados a vida cotidiana e em todos os espaços estruturais. Santos (2000) identifica seis espaços estruturais na sociedade capitalistas contemporâneas, o espaço doméstico, o da produção, o de mercado, o da comunidade o da cidadania e o mundial.

Podemos relacionar que a universidade está presente no espaço estrutural da comunidade e da cidadania. Neste sentido nos interessa compreender que mecanismos democráticos de aprendizagem individuais e coletivos a universidade tem produzido. Ao pensar a inclusão social na universidade necessário se faz pensar de que modo esses processos contribuem para emancipação social e inclusão dos educandos. Assim, o conhecimento é visto como cultural e socialmente produzido e o currículo é produzido por relações de poder. Por extensão entendemos que a pedagogia e a educação também são determinadas por relações de poder.

Ainda no contexto de compreender as políticas educacionais destacamos o currículo como elemento importante. No Brasil, na segunda década de 1990 o pensamento curricular passa a incorporar enfoques de cunho pós-moderno e pós-estruturalista, tendo como teóricos: Foucault, Deleuze e Morin.

O campo do currículo se constitui como um campo intelectual: espaço em que diferentes atores sociais, detentores de determinado capital social e cultural na área, legitimam determinadas concepções sobre a teoria de currículo e disputam entre si o poder de definir quem tem autoridade na área (Lopes & Macedo 2002, p. 17).

O currículo passa a ser pensado enquanto forma de conhecimento que reflete um campo intelectual de produção com força para penetrar nas escolas e de interpor nos currículos oficiais, ao produzir teorias sobre currículo e divulgá-las em fóruns, eventos e na universidade os grupos de pesquisa liderados por pesquisadores brasileiros legitimam o currículo na produção de livros e demais materiais sobre o tema.

Segundo Lopes & Macedo (2002, p. 22) o “pensamento pós-estruturalista na estrutura do currículo e conhecimento escolar amplia a debate para as questões de gênero, etnia, sexualidade e críticas a ciência”. A teoria do currículo consiste precisamente em “formular formas de melhor organizar experiências de conhecimento dirigidas à produção de formas particulares de subjetividade: seja o sujeito conformista e essencializado das pedagogias tradicionais, seja o sujeito emancipado e libertado das pedagogias progressistas” (Lopes & Macedo, 2002, p. 27). Ao definirem o campo de currículo no Brasil, Lopes & Macedo, (2002, p. 49) destacam “um campo contestado pela diversidade teórica, pelo discurso pós-moderno e o foco político na teorização crítica. Apontando como tendência positiva a discussão dos estudos culturais e o multiculturalismo”.

Embora Foucault não tenha se dedicado exclusivamente a analisar a educação no texto de Gore (2000) identificamos que ele via a educação e a escola com forte poder disciplinador.

De modo que, o processo pedagógico corporifica as relações de poder entre professores e alunos, assim a pedagogia enfatiza o autodisciplinamento. “As relações disciplinares de poder-saber são fundamentais aos processos da pedagogia. Sejam elas autoimpostas, impostas pelos professores, ou impostas sobre os professores” (Gore, 2000, p. 14). Assim, uma “sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração. A análise, a elaboração e o questionamento das relações de poder...é uma tarefa política permanente, inerente em toda a existência social” (Gore, 2000, p. 18).

Desse modo, ao refletir sobre as citações destacamos a importância de nosso olhar para nossa prática e nossos discursos, a falta de reflexão leva discursos educacionais radicais, assim como o dogmatismo e o silenciamento das diferenças precisam ser combatidos. Este trabalho está dividido nas seguintes seções além desta introdução: metodologia, resultados, discussão e conclusão.

METODOLOGIA

Gonçalves (2005, p. 58) orienta que a revisão de literatura é o “[...] primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa; sua finalidade é conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar”. Na prática, “[...] consiste em um levantamento do que existe sobre um assunto e em conhecer seus autores”. Esse último aspecto, aliás, diz respeito ao dimensionamento da pesquisadora no contexto da comunidade científica mais ampla, com a qual se estabelece uma cooperação mútua em prol da legitimidade e relevância dos objetos de estudos, assim como o exercício da crítica então capaz de verificar a obsolescência de certos problemas.

Podendo ser realizada conforme diferentes níveis de complexidade, as pesquisas bibliográficas exploratórias, segundo Gil (2002), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade o assunto, com vistas a torná-lo mais explícito à pesquisadora quanto às suas dimensões e relevâncias acadêmica e social; além de mapear questões periféricas que orbitam o problema central. Com base nessas informações iniciais se torna possível a construção de hipóteses mais seguras e estáveis; além de impedir repetições de abordagens teóricas e metodológicas, iniciando uma nova contribuição com o campo desde um dado ponto de acúmulo de conhecimento (Gonçalves, 2005). Podemos dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento ou a crítica de ideias iniciais e a confirmação ou negação de intuições e pressupostos que motivaram a primeira versão do projeto.

Outras vantagens desses trabalhos de revisão de literatura, como parte inicial da construção de uma tese, envolvem o fato de, diferentemente de pesquisas documentais ou de campo, a bibliografia disponível em bancos de dados acadêmicos possui uma organização científica de arquivo, então pautadas em regras e códigos da biblioteconomia. Atualmente, com os serviços de busca em bancos de dados digitais, esse trabalho vem se tornando cada vez mais eficiente e flexível quando da necessidade de refazer os parâmetros de busca, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao objeto ou tema estudado. Geralmente as primeiras buscas, mapeamentos e sistematização das fontes encontradas dão lugar a novas execuções dos procedimentos, já que quanto mais se familiariza com os arquivos e fontes, mais precisas se tornam as sistemáticas elaboradas pela pesquisadora (Lehfeld, 2007, p. 61).

As pesquisas bibliográficas iniciam, portanto, a partir do objeto ou tema definido, com a escolha de um banco de dados com base na probabilidade de abrigar as fontes desejadas. O segundo passo é elaborar os termos de busca ou descritores (Lehfeld, 2007, p. 63). Esses devem buscar uma precisão tal que não gere um número gigante de ocorrências, tampouco uma quantidade irrisória. Alguns descritores abrem opções muito abrangentes em relação às áreas e aos temas associados. No caso de nosso objeto, que é a política educacional, a universidade, e

a emancipação social. Dessa forma, faz-se premente a necessidade de elaborarmos descritores capazes de economizar tempo e energia.

Nesse sentido, elegemos o BDTD-MCTI, por constituir um banco de dados extremamente confiável, abrangente, estável e atualizado. Sabemos que nem todos os assuntos, objetos e problemas de pesquisa são tratados em teses ou dissertações, pois os periódicos acadêmicos formam um segundo grupo de bancos de dados científicos (também confiáveis e atualizados) responsáveis por acolher uma pluralidade maior trabalhos escritos, principalmente quanto à novidade de temas emergentes no formato de ensaios teóricos ou artigos. Os periódicos, nesse sentido, são mais sensíveis às variações nas dinâmicas de pesquisas, já que o tempo de elaboração desse tipo de texto é menor, bem como ele tem como finalidades principais tanto lançar reflexões sobre temas novos, quanto divulgar resultados de trabalhos mais depurados, a exemplo de teses e dissertações, assim como relatórios de pesquisas oriundos de laboratórios e grupos de pesquisa.

Não obstante, embora as teses e as dissertações apresentam um certo “atraso” em relação aos assuntos do momento ou da moda; essa modalidade de escrita acadêmica se mostra mais estável e segura, pois tendem a apresentar teorizações e métodos mais consistentes, assim como escopos mais amplos de fontes em geral e de revisões de fontes bibliográficas. Desse modo, as teses e dissertações se mostram como um importante e significativo ponto de partida para repensar e reformular projetos de pesquisa, geralmente inicialmente elaborados em dados e em informações mais superficiais. Em suma, esperamos inserir ou localizar nosso problema dentre as áreas do conhecimento, bem como identificar seus pontos de relevância, além de formular questões norteadoras (Moroz et al., 2006, p. 31).

RESULTADOS

O artigo se constitui de uma revisão de literatura através de levantamento em publicações de teses e dissertações Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD como já mencionado na introdução, tendo como descritores as expressões: “emancipação social” AND “universidade” AND “política educacional”. Para a construção do texto optamos por uma pesquisa de cunho documental, numa perspectiva exploratória e com uma abordagem qualitativa de conhecer o campo de produção por meio de teses e dissertações. O filtro selecionado restringiu a busca para “títulos”, na modalidade de busca simples. Destaca 06 Dissertações e 02 Teses.

Entre os repositórios estão as Biblioteca Digital de teses e Dissertações da UEPG; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFMA; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFC; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFRGS; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFJF; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFPE; Biblioteca Digital de teses e Dissertações UFSC; Biblioteca Digital de teses e Dissertações da UNB.

Tendo como áreas do conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ Ciências Humanas: Educação e Ciências Sociais aplicadas: Serviço social. Não houve delimitação de ano. Dando origem às seguintes categorias e respectivas subcategorias: 1) O global e local nas Políticas públicas: avaliação institucional, Universidade, Política educacional, Educação e Estado, Gestão escolar; 2) Entre a formação profissional e a educação para o trabalho: Jovens. Formação profissional. Educação. Trabalho. Assistência social Emancipação social; 3) Formação e escola como direitos: Direito à educação Direito à aprendizagem Formação de Professores Escola Itinerante Trabalho Emancipação Humana.

Com esse recorte, como podemos observar na tabela abaixo, identificamos os oito (8) trabalhos (os dados completos dos trabalhos estão na lista de referências) encontrados e selecionados por título e autor. Para esta abordagem exploratória, realizamos a leitura apenas dos títulos, resumos e palavras-chave.

Tabela 1. Trabalhos selecionados por título e autor.

Categories	Subcategorias	Autores	Títulos
O global e local nas Políticas públicas	Avaliação institucional Universidade Política educacional Educação e Estado Gestão escolar	Silva (2014)	1. Perfil dos gestores das escolas públicas municipais de São José de Ribamar.
		Felix et al. (2008)	2. Reconfiguração dos modelos de universidade pelos formatos de avaliação: efeitos no Brasil e Portugal.
		Ferreira (2019)	3. O impacto do superávit primário no financiamento federal da educação básica no país: 1999-2014. Como garantir a educação pública de qualidade para todos?
Entre a formação profissional e a educação para o trabalho	Jovens Formação profissional Educação Trabalho Assistência social Emancipação social	Martins (2010)	4. Formação profissional de jovens: entre a educação e a assistência.
		Carvalho (2015)	5. O trabalho como fundamento para a formação no ensino médio: uma análise onto-histórica.
Formação e escola como direitos	Direito à educação Direito à aprendizagem Formação de professores Escola itinerante Trabalho Emancipação humana	Luz (2017)	6. Do direito à educação ao direito à aprendizagem no pacto nacional pela alfabetização na idade certa.
		Pereira (2008)	7. A educação (sócio)linguística no processo de formação de professores do ensino fundamental.
		Bahniuk (2008)	8. Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST.

DISCUSSÃO

Após a leitura encontramos que as pesquisas de Silva (2014) e Ferreira, (2019) tem como base a Educação, Gestão escolar, Reforma do estado, Política educacional e Educação básica. Em Felix (2008) temos alguns elementos que ampliam o tema com Avaliação institucional, Universidade, Administração universitária no contexto do Brasil e Portugal. O viés de avaliação se mostra interessante contribuindo para nossa pesquisa de tese. A proposta de pesquisa de Silva (2014) se remete a compreender e relacionar o contexto das políticas públicas, vendo as ações do Estado e o processo de capitalismo inserido nas políticas educacionais como fator de preocupação no Brasil. Nessa análise o autor destaca que as reforma do Estado e os modelos de educação, estão relacionados constatando que as escolas pertencentes a rede municipal pesquisada se guia por um modelo híbrido de gestão, de modo que seguem as orientações no plano nacional, especialmente quando trata de cunho econômica. E quando trata das questões pedagógicas e de gestão escolar procuram se guiar por uma educação de cunho progressista.

A pesquisa de Ferreira (2019) visa estudar o impacto da formação orçamentária do financiamento federal para a educação básica no país. O estudo identifica o comprometimento dos investimentos necessários às políticas públicas em educação. O autor conclui que a arrecadação vai para o pagamento da dívida pública, postergando as despesas como: o direito à educação básica, salários e infraestrutura.

Felix (2008) apresenta um estudo sobre as relações entre regulação gerada dos processos sociais e emancipação gerada no modelo de sociedade brasileira e sua influência nos programas de políticas de ensino superior. Para o autor a universidade pública mantida e controlada pelo Estado tem suas ações e projetos influenciados e até determinados pela economia, esta como motora das grandes transformações produtivas advindas do capitalismo em âmbito mundial. O autor identifica que os programas de avaliação institucional são vistos como modelos externos e que tem influência na agenda política dos órgãos internacionais gerando um processo de determinação da organização da universidade. Ao analisar uma instituição brasileira e uma portuguesa o autor considera melhorias advindas dos processos avaliativos externos.

Com o destaque das subcategorias Avaliação institucional; Universidade; Política educacional; Educação e Estado e Gestão escolar consideramos as pesquisas de extrema importância inclusive para aprofundar as ações e processos de avaliação institucional, a autonomia da universidade e todos os demais vieses internos sem desconsiderar as necessidades nacionais.

As pesquisas de Martins (2010) e Carvalho (2015) tratam da educação profissional em nível de ensino básico de modo específico não se aproximam de nossa proposta de tese, porém tem sua validade ao analisar as políticas de educação. Algo que nos faz refletir é a associação que Martins (2010) faz entre educação e assistência social, pois defendemos a educação como política educacional e como direito previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Martins (2010) aborda a política educacional de formação profissional de jovens como política de assistência social. Carvalho (2015) desenvolve a pesquisa sobre a educação para o trabalho. Tendo a categoria trabalho como complexo fundante do ser social. Segundo o autor trata-se de uma análise que aborda a compreensão do ser por meio do materialismo histórico, a análise do objeto é situada no seu contexto histórico para compreender o caminho trilhado pela educação até o momento atual. O objeto deste estudo é a educação para o trabalho como elemento mediador da formação para a emancipação humana. Ao identificar as subcategorias Jovens; Formação profissional; Educação; Trabalho; Assistência social e Emancipação social tem a relação entre investimentos financeiros, infraestrutura como elementos de suporte a legislação.

Ao agrupar as subcategorias Direito à educação; Direito à aprendizagem; Formação de Professores; Escola Itinerante; Trabalho Emancipação Humana pensamos como a formação pode se dar em diversos espaços como o exemplo da escola itinerante e como todos eles devem promover direitos e emancipação, seja a crianças, jovens e adultos.

Luz (2017) apresenta como objeto de investigação o Plano Nacional de Alfabetização política educacional, a qual se encontra com a formação continuada dos professores alfabetizadores. O autor refaz a trajetória histórica de efetivação do direito à educação por meio dos aparatos legais; o papel do Estado enquanto setor governamental e de ação fundamental para a implantação de políticas públicas no intuito de efetivar o direito à educação. As análises realizadas verificaram avanços e contribuições, bem como entraves e limitações decorrentes do modo de produção capitalista, que se expressam na perpetuação de uma sociedade dividida em classes, baseada em princípios que acabam por minimizar o direito à educação ao direito à aprendizagem, e assim, a educação é determinada pela lógica de formar a força de trabalho para o capital contrapondo-se a emancipação social, política e humana do indivíduo.

Pereira (2008) a tese apresenta um estudo investigativo sobre as contribuições no processo de formação de professores do Ensino Fundamental, desenvolvida em cursos de formação inicial e continuada de professores do Ensino Fundamental.

Bahniuk (2008) a pesquisa remonta uma experiência da Escola Itinerante que acontece em acampamentos de Trabalhadores Rurais, retoma o contexto da escola pública, como direito universal e o projeto de emancipação social e política. Ao analisar os achados dessa escola a autora identifica a importância do trabalho pedagógico dos professores e da gestão. A autora conclui que os modelos de Escola Itinerante precisam incorporar outras formas comunitárias para resolver as ações da prática do currículo observando os educandos filhos de trabalhadores, desenvolvendo a inclusão dos saberes cultural e historicamente constituído, sempre tendo em mente o projeto de emancipação desses sujeitos.

CONCLUSÃO

Longe de esgotar a temática a proposta do artigo se fez em identificar pesquisas sobre política educacional; emancipação social e universidade dentro de uma mesma perspectiva. Assim podemos concluir que as pesquisas são interessantes, porém neste breve apontamento não identificamos estudo que trata do tema de modo simultâneo, e sim estudos direcionados a educação básica no que tange a avaliação, gestão e financiamento, sobre universidade em comparação entre instituições e as políticas de avaliação, sobre ensino profissional e escolas itinerantes.

Embora não se constitua nosso interesse criticar as pesquisas encontradas, entendemos que a política de assistência estudantil deve ser pensada para além do assistencialismo o que requer compreender historicamente os currículos constituídos e os currículos praticados. De modo que as relações e práticas expressa nos currículos reflitam nas políticas estudantis de acesso e permanência na universidade, por isso desmistificá-las no sentido de avançar e ampliar os discursos e relações existentes na universidade.

Numa abordagem sobre as universidades públicas consideramos importante a problemática da autonomia, e dessa crise de autonomia. Contextualizando a universidade pública na pós-modernidade e sua inserção social como meio de superação das desigualdades de classes.

Para a tese pretendemos estabelecer inter-relações de compreensão da sociedade e da universidade e suas funções e contextos específicos, pensando políticas públicas educacionais e universidade em relação com o estado e conseqüentemente enquanto ambiente de inclusão, de emancipação, de ensino e de formação.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Lima, M. J.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, e redação do artigo; Silva, R. I.: revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, R. A. (2009). A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Bahniuk, C. (2008). Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Brasil (2013). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/pdf>

Brasil (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br>

Carvalho, M. E. (2015). O trabalho como fundamento para a formação no ensino médio: uma análise onto-histórica. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Felix, G. T. (2008). Reconfiguração dos modelos de universidade pelos formatos de avaliação: efeitos no Brasil e Portugal. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Ferreira, P. R. S. (2019). O impacto do superávit primário no financiamento federal da educação básica no país: 1999-2014: como garantir a educação pública de qualidade para todos? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Gore, J. M. (2000). Foucault e a educação: fascinantes desafios. In: Silva, T. T. (Org.). O sujeito da educação. Estudos Foucaultianos. Petrópolis: Vozes, p. 9-20.

Gonçalves, H. A. (2005). Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp.

Lehfeld, N. (2007). Metodologia e conhecimento científico: horizontes virtuais. Petrópolis: Vozes.

Lopes, A. C., & Macedo, E. (2002). O pensamento curricular no Brasil. In: Lopes, A. C., & Macedo, E. (Orgs). Currículos: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez.

Luz, K. Z. W. (2017). Do direito à educação ao direito à aprendizagem no pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, RS, Brasil.

Martins, É. S. (2010). Formação profissional de jovens: entre a educação e a assistência. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz De Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Morosini, M. (2003). Enciclopédia de pedagogia universitária. Porto Alegre: FAPERGS/RIES.

Morosini, M. (2015). Estado de conhecimento e questões do campo científico. *Educação*, 40(1), 101-116.

Morosini, M., & Fernandes, C. (2014). Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por escrito*, 5(2), 154-164.

Moroz, M. (2006). O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Liber Livro Editora.

Oliveira, I. B. (2005). Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A.

Pereira, A. D. A. (2008). A educação (sócio)lingüística no processo de formação de professores do ensino fundamental. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Santos, B. S. (2004). A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (1985). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamentos.

Santos, B. S. (1999). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (2000). A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (1985). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.

Santos, B. S. (1989). Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento.

Silva, J. A. R. (2014). Perfil Dos Gestores Das Escolas Públicas Municipais De São José De Ribamar – MA. Dissertação (Mestrado em Educação Instituição de Ensino). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

UFCG (2016). Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Resolução n. 11/2016, de 31 de maio de 2016. Recuperado de: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12112016.pdf

Recebido: 1 de maio de 2021 | **Aceito:** 27 de maio de 2021 | **Publicado:** 30 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.